



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08368695320178152001

BRADESCO SEGUROS S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCILIO NESTOR DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento à determinação retro

IMPUGNAR O PEDIDO CONTIDO NA PETIÇÃO ID 48191354

pelos motivos que passa a expor.

Importante salientar que o pleito da parte autora, ora exequente, encontra-se completamente equivocado e sem respaldo legal. Em que pese o acórdão ID [46279254 - Acórdão](#) tenha majorado os honorários para R\$ 1.200,00, **no restante foi mantida a sentença na integralidade.**

A sentença é clara e traz a previsão de condenação de custas e honorários à PARTE PROMOVENTE, ou seja, parte autora, vejamos o ID [29457954 - Sentença](#):

III DISPOSITIVO

ISTO POSTO, e do mais que constam nos autos, **julgo PROCEDENTE** nos termos do art. 487, I, do CPC, o pedido exordial, condenando o promovido ao pagamento do valor correspondente a (R\$13.500,00 x 25% x 25%), totalizando R\$ 843,75 incidindo correção monetária a partir da citação e juros de mora a contar do evento danoso (art. 416 – Taxa Selic).

A quantia acima apurada deverá ser compensada com eventuais valores recebidas na seara administrativa.

Custas processuais e honorários advocatícios pelo promovente, os quais arbitro em R\$ 1.000,00 sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 85, § 2º e 8º, do CPC.

Frisa-se que **a referida sentença TRANSITOU EM JULGADO**, ou seja, quanto ao pagamento de honorários ficou determinada a realização pela promovente e não houve interposição de recurso ou modificação do julgado, logo nada mais é devido pelo promovente, que já quitou o valor da condenação.

Ato contínuo, após o pagamento espontâneo, a parte autora foi devidamente intimada para se manifestar e quedou-se inerte, conforme ID [47887236 - Certidão de Decurso de prazo](#). Além disso, foi proferida sentença de extinção da execução, **ID [48011830 - Sentença](#), cujo trânsito em julgado também já ocorreu.**

Desta forma, vem pugnar pelo **INDEFERIMENTO do pleito contido no ID [48191354 - Petição](#)** e arquivamento dos autos, tendo em vista os argumentos acima expostos e por tratar-se de coisa julgada.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 7 de outubro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A
SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB